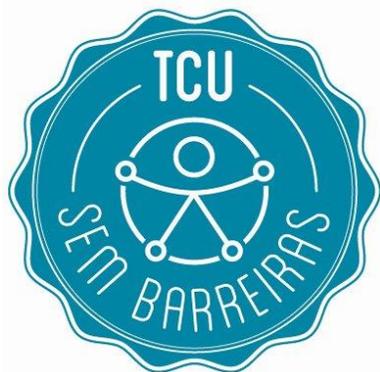




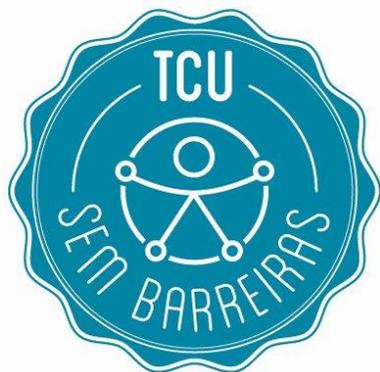
## **A Acessibilidade no Tribunal de Contas da União**



O Ministério Público de Contas, em sua função de promover e defender a ordem jurídico-constitucional perante o TCU, tem fomentado a fiscalização das ações governamentais com vistas a garantir os direitos e a efetiva inclusão das pessoas com deficiência.

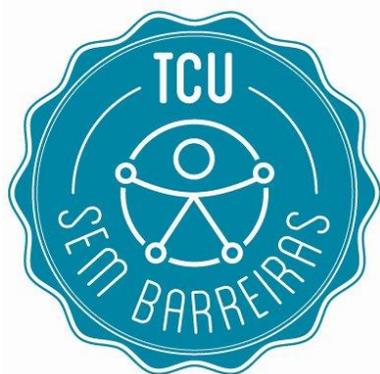


Ministério Público de Contas  
*pela* **Acessibilidade Total**



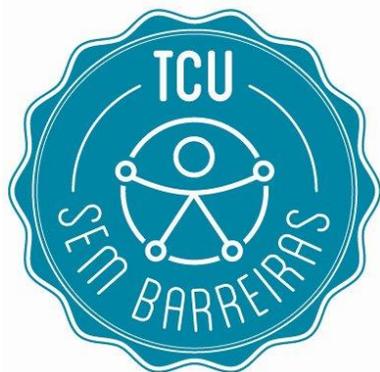
Na sessão plenária de 21 de setembro de 2011, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, foi referendado pelo Plenário do TCU a decisão da presidência de aderir à campanha.





Acessibilidade integra itens de verificação da matriz de planejamento do Fiscobras – plano de fiscalização anual que contempla o conjunto de ações do TCU para verificar o processo de execução das obras públicas financiadas com recursos federais.

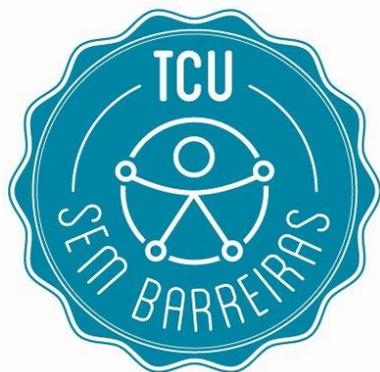




## Fiscobras 2015

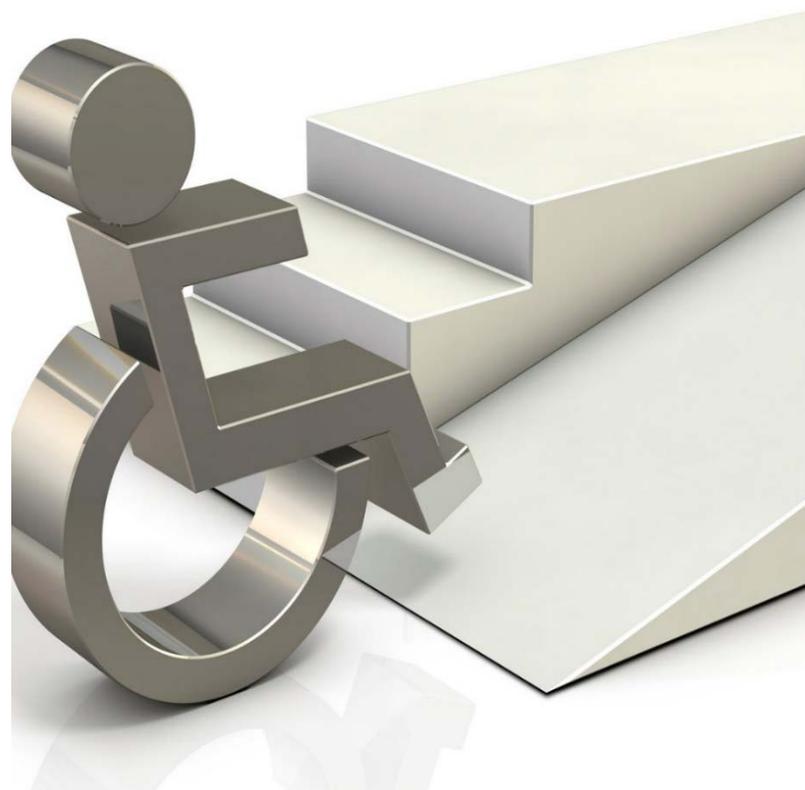
- 97 fiscalizações em obras públicas;
  - Total de 189 empreendimentos auditados *in loco*;
  - R\$ 20,5 bilhões em dotações orçamentárias.
- TC 029.823/2014-5

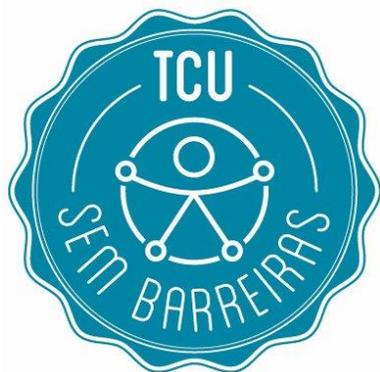




Auditoria operacional com o objetivo de avaliar as condições de acessibilidade aos prédios e serviços públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal.

- Acórdão 2.170/2012-Plenário
- Acórdão 3.244/2013-Plenário

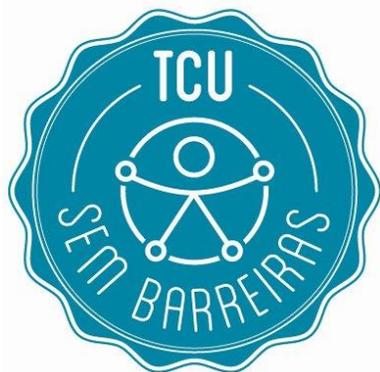




Inclusão, nas decisões normativas que regulamentam anualmente o conteúdo dos relatórios de gestão e processos de contas a análise das medidas adotadas pelo órgão ou entidade com vistas ao cumprimento das normas relativas à acessibilidade.

DN 154/2016 (relatórios de gestão)

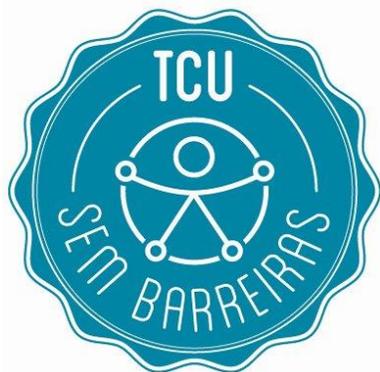
DN 156/2016 (processos de contas)



# Controle das Políticas Públicas de Acessibilidade

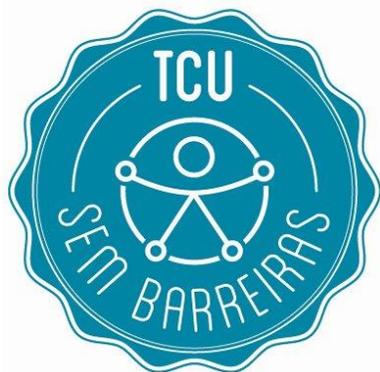
Brasília, 12 e 13 de setembro de 2012  
Plenário do TCU - Edifício Anexo III - Brasília-DF





além dos sentidos



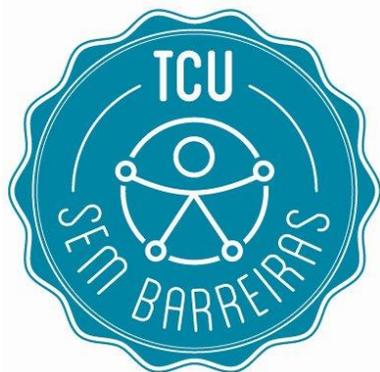


Obras de adequação de capacidade e melhoria na segurança viária da travessia urbana de Cuiabá e Várzea Grande, na rodovia BR-163/364/070/MT.

- Acórdão 1.537/2012-Plenário

Obras de adaptação do Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Salvador/BA.

- Acórdão 137/2013-Plenário

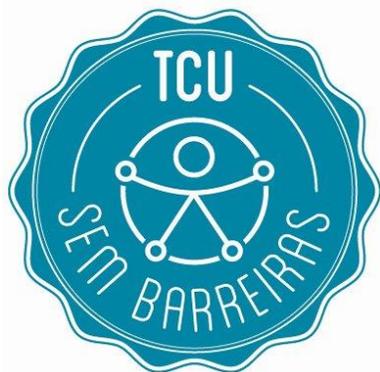


Auditoria operacional no programa Minha Casa, Minha Vida.

Determinação à Caixa, na condição de agente operador do programa, para apresentar plano de ação pertinente à instituição de procedimentos para assegurar a adequação dos projetos às normas técnicas de acessibilidade.

➤ Acórdão 524/2014-Plenário



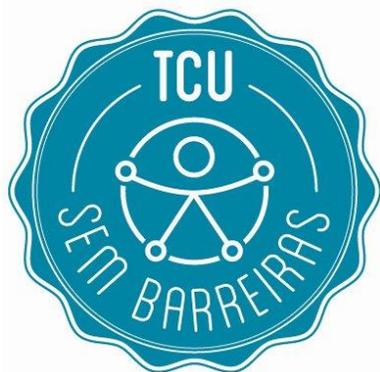


Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) realizada no Ministério da Saúde.

Verificar a qualidade das obras das Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), tendo entre as principais conclusões da FOC a inobservância aos requisitos de acessibilidade.

➤ Acórdão 1.101/2014–Plenário



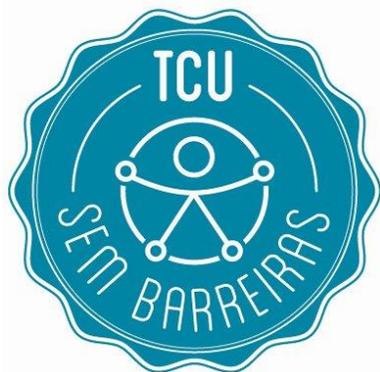


## Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC

Determinação ao FNDE de inclusão, nas fiscalizações *in loco*, de procedimento específico voltado à verificação da observância dos requisitos de acessibilidade.

➤ Acórdão 608/2015–Plenário





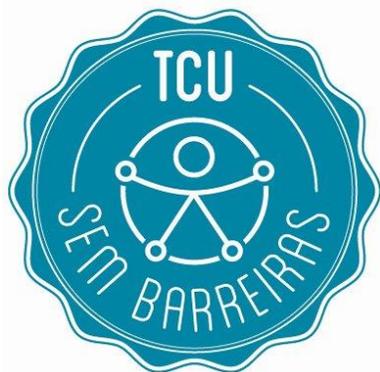
## Representações do Ministério Público de Contas

Falta de acessibilidade ao  
Processo Judicial Eletrônico  
(PJe).

Determinação ao CNJ de  
incluir em seu relatório anual de  
gestão informações relativas às  
ações adotadas com o objetivo  
de garantir a acessibilidade a  
todos os usuários do PJe.

➤ Acórdão 1.809/2013–Plenário

**PJe**  
PROCESSO JUDICIAL  
ELETRÔNICO

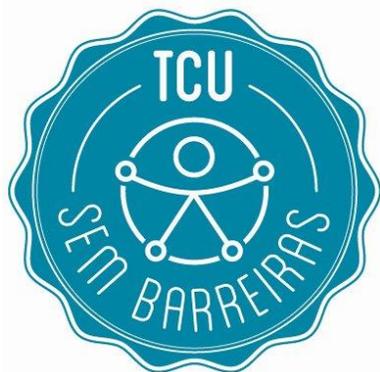


## Relatório Sistêmico da Função Judiciário (Fisc Judiciário).

O TCU concluiu pela necessidade de uma ação de fiscalização específica, com o objetivo de avaliar se o direito ao acesso à Justiça, por meio do correto manuseio do PJe, está sendo efetivamente assegurado às pessoas com deficiência.

➤ TC-024.704/2014-8



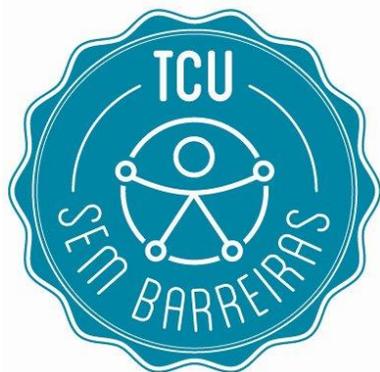


## Representações do Ministério Público de Contas

Avaliação da sistemática utilizada pelo Ministério da Educação na regulação, supervisão e avaliação do sistema de ensino e na coordenação da política nacional de educação, com vista a assegurar que a legislação seja integralmente cumprida, em especial no que diz respeito à inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina curricular obrigatória nos cursos de Fonoaudiologia e de formação de professores para o exercício do magistério.

➤ TC 004.761/2015-4





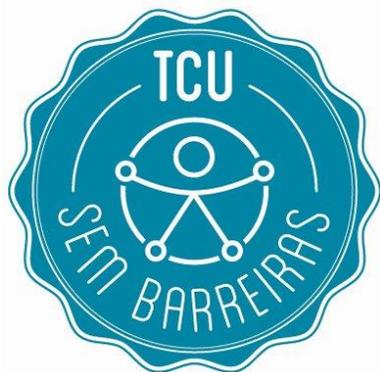
## Representações do Ministério Público de Contas

Descumprimento do art. 93 da Lei 8.213/1991 pela Caixa Econômica Federal.

Determinação para que não mais estabelecesse reserva percentual de vagas nos editais de seus concursos públicos e passasse a realizar a convocação prioritária de todos os candidatos com deficiência ou reabilitados da Previdência Social aprovados em cada concurso, com o chamamento dos demais candidatos somente após o término dessa convocação.



➤ Acórdão 2.977/2016–Plenário



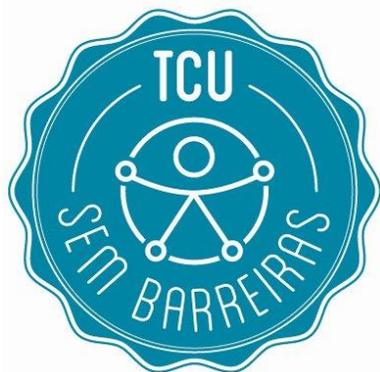
## Representações do Ministério Público de Contas

Condições de acessibilidade do Portal da Previdência Social, sobretudo aos serviços previdenciários ofertados eletronicamente pelo INSS.

Complementação de plano de ação a ser enviado ao TCU informando, juntamente com os respectivos responsáveis e prazos de implementação, as medidas a serem adotadas para assegurar que o Portal da Previdência Social e todos os serviços previdenciários ofertados eletronicamente sejam plenamente acessíveis.



➤ TC 020.966/2015-6

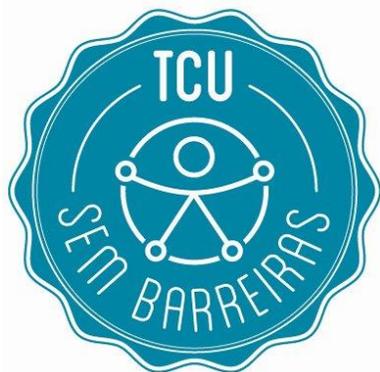


## Representações do Ministério Público de Contas

Determinação à Segecex/TCU e à Caces/TCU para que promovam estudos votados ao aperfeiçoamento de normas, diretrizes, métodos, técnicas ou padrões aplicados na fiscalização de TI com vistas a assegurar que, na avaliação da qualidade de sistemas informatizados e serviços públicos ofertados de forma eletrônica, sejam considerados o nível de adequação às diretrizes e padrões de acessibilidade nacional e internacionalmente adotados.

➤ TC 020.966/2015-6



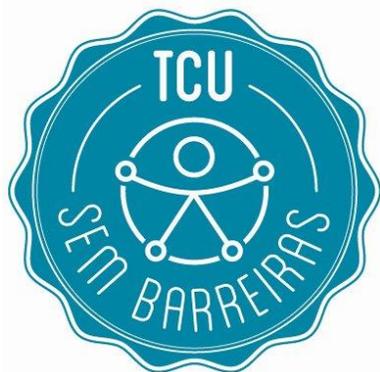


## Representações do Ministério Público de Contas

Auditoria operacional com o objetivo de avaliar a governança na Política Pública para a Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, tendo em vista os problemas relacionados aos aspectos da institucionalização, *accountability*, coordenação e coerência, capacidade operacional e recursos e monitoramento e avaliação, sem prejuízo do exame de outros aspectos que compõem o Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas do TCU.

➤ TC 028.959/2015-9



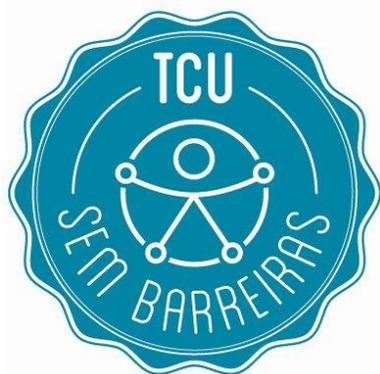


## Representações do Ministério Público de Contas

Irregularidades no registro da patente e omissão em viabilizar a disponibilização da tecnologia assistiva denominada de Dispositivo Portátil Ótico-Mecânico de Transcrição Braille em Tempo Real, objeto de termo de cooperação firmado entre o FNDE e a Universidade Federal de Santa Catarina.



TC 013.665/2016-2

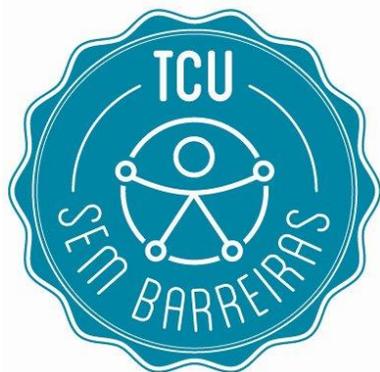


Denúncia apontando a ausência da oferta da Língua Brasileira de Sinais - Libras por parte dos órgãos da administração pública, pelas empresas prestadoras de serviços públicos e pelas instituições financeiras, em seus respectivos sítios eletrônicos.

Suíte Vlibras - objeto do Termo de Execução Descentralizada 24/2014, firmado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Universidade Federal da Paraíba.



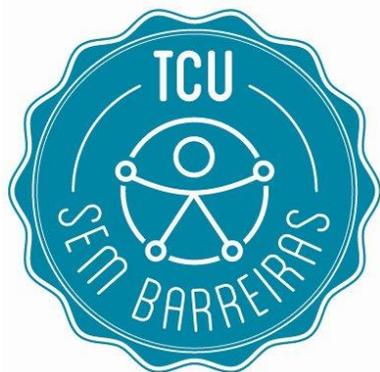
➤ TC 001.529/2014-5



Determinação à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU para que inclua, em seus programas de fiscalização, a verificação da adoção, por parte de órgãos e entidades da administração pública federal, de tecnologias assistivas com o objetivo de promover a acessibilidade em sistemas, portais e outras ferramentas tecnológicas, com vistas a favorecer o acesso das pessoas com deficiência aos esses recursos de tecnologia da informação.



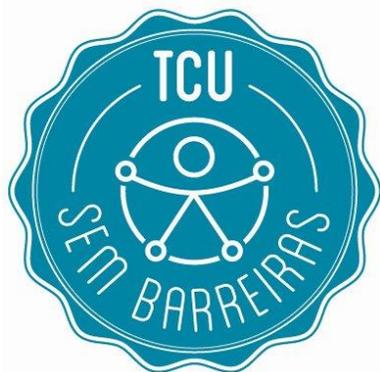
➤ TC 001.529/2014-5



## Criação e instalação da Comissão de Acessibilidade do TCU (Caces)

Órgão colegiado de caráter permanente com a finalidade de propor a Política de Acessibilidade do TCU, bem como orientar e acompanhar a implementação da política nas áreas administrativas e de controle externo.



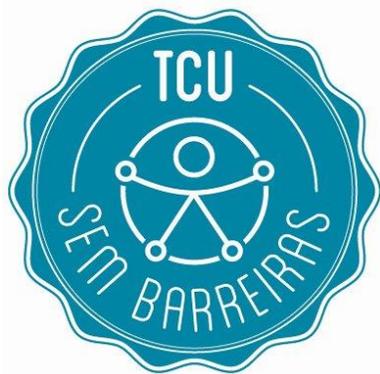


## Política de Acessibilidade do TCU

A Política de Acessibilidade do TCU foi aprovada pelo Plenário da Corte de Contas em 21 de setembro de 2016, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, por meio do Acórdão nº 2.430/2016-Plenário.

➤ Resolução TCU 283/2016

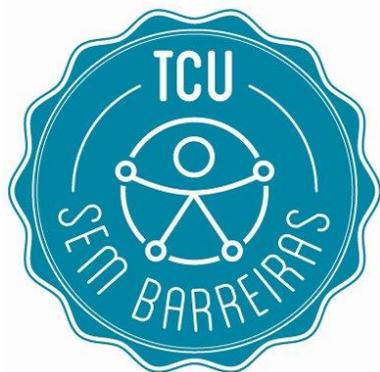




## Ações da Caces

- ✓ Diagnóstico de acessibilidade física e de sinalização da Sede do TCU.
- ✓ Validação do diagnóstico por entidades da sociedade civil organizada.

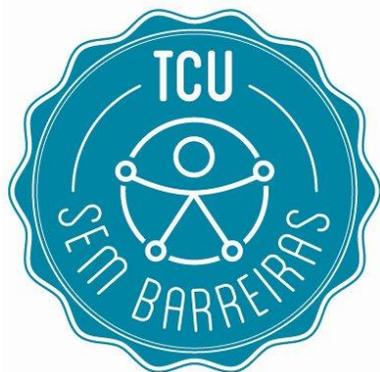




## Ações da Caces

- Plano de Capacitação promovido em conjunto com o ISC.
- ✓ Curso de Libras básico 2015/2017 turma presencial e EaD;
- ✓ Curso de Libras intermediário com turma presencial (2017).

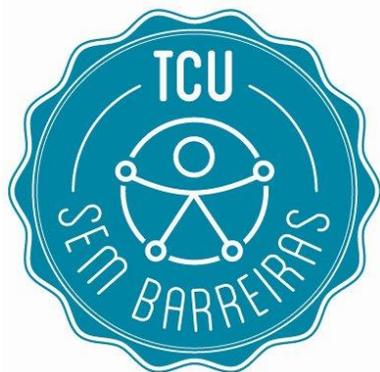




## Ações da Caces

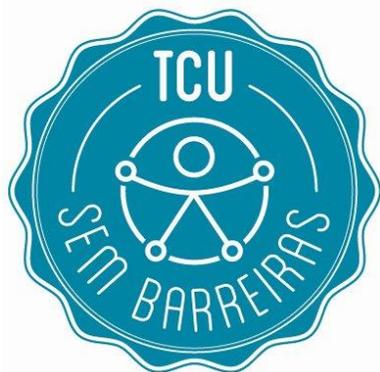
- Plano de Capacitação promovido em conjunto com o ISC.
- ✓ Curso sobre o marco legal em acessibilidade com a temática: “Acessibilidade: pensando a inclusão no contexto do trabalho.”





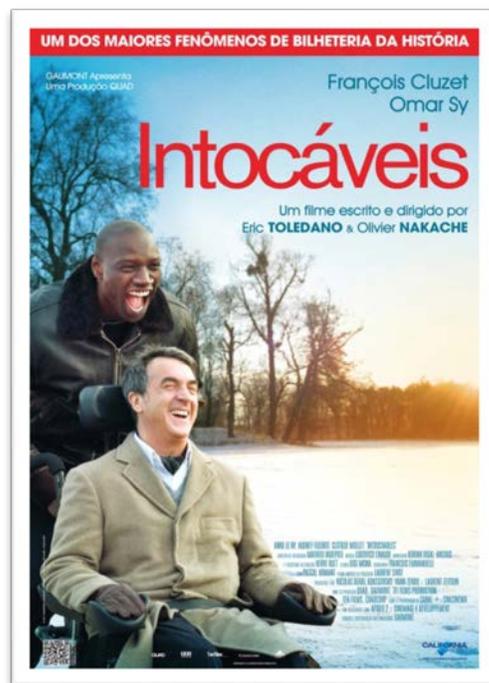
## Ações da Caces

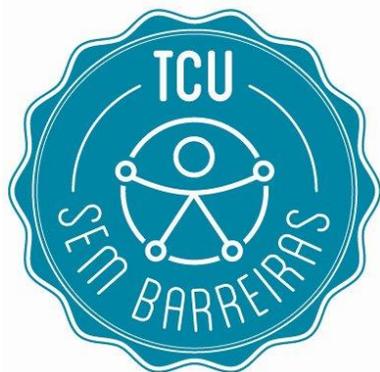
- Plano de Comunicação em conjunto com a Secom/TCU.
- ✓ Coluna semanal no União;
- ✓ Página da política de acessibilidade no Portal do TCU;
- ✓ Programa [#EuFiscalizo](#) com o tema acessibilidade.



## Ações da Caces

- Promoção, em conjunto com o Museu do TCU, do clube de cinema com a exibição de filmes acerca do tema.

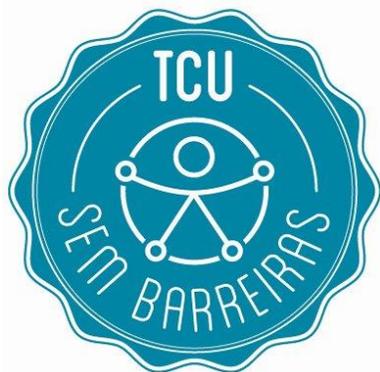




## Ações da Caces

- Divulgação do trabalho beneficente que a APAE desenvolve no Distrito Federal





# Ações da Caces

- Construção de painel de informações acerca da inclusão das pessoas com deficiência.

Introdução
**Cadastro Único**
Ajuda
Cópia de Tipologias

**Ocorrências**

Total de Pessoas com Deficiência: 2.254.556

Total de Pessoas na Seleção: 2.254.556

**Bolsa Família**

Máx. | Méd. | Min. Nacional: R\$ 3.167,00 | R\$ 180,70 | R\$ 39,00

Máx. | Méd. | Min. da Seleção: R\$ 3.167,00 | R\$ 180,70 | R\$ 39,00

**Benefícios**

Máx. | Méd. | Min. Nacional: R\$ 7.203,56 | R\$ 883,32 | R\$ 14,52

Máx. | Méd. | Min. da Seleção: R\$ 7.203,56 | R\$ 883,32 | R\$ 14,52

**Inclusão da Pessoa com Deficiência**

Seleções atuais

**Sexo**

Feminino  Masculino

**Raça**

Amarela  Branca  Indige...  
 Negra  Parda

**Tipo de deficiência**

Baixa visão  
 Cegueira  
 Deficiência mental  
 Deficiência motora  
 Síndrome de Down  
 Surdez leve  
 Surdez profunda  
 Transtorno mental

**Região**

CO  NE  NO  SD  SL

**Zona Rural / Urbana**

RURAL  URBANA

**UF/Município**

AC  BA  GO  MT  PI  RO  SE  SP  
 AL  CE  MA  PA  RR  RN  SC  TO  
 AM  DF  MS  PB  RJ  RS  AC  
 AP  ES  MG  PE  RN  SC  TO

**Benefício**

AMP. SOCIAL PESSOA PORTADORA DEFICIEN...  
 AMPARO PREVIDENC. IDADE - TRAB. RURAL...  
 AMPARO PREVIDENC. INVALIDEZ-TRAB. RUR...  
 AMPARO SOCIAL AO IDOSO  
 APOSENT. INVALIDEZ ACIDENTARIA-TRAB. RUR...  
 APOSENT. INVALIDEZ ACIDENTE TRABALHO  
 APOSENT. INVALIDEZ EMPREGADOR RURAL  
 APOSENT. INVALIDEZ EXTINTO PLANO BASICO  
 APOSENT. POR IDADE - EMPREGADOR RURAL  
 APOSENT. TEMPO DE SERVIÇO DE PROFESS...  
 APOSENT. TEMPO SERVIÇO JORNALISTA  
 APOSENTADORIA ESPECIAL

## Georreferenciamento

Visão geral
**Georreferenciamento**
Domicílio
Escola / Trabalho

Num. de Ocorrências
Bolsa Família
Benefícios

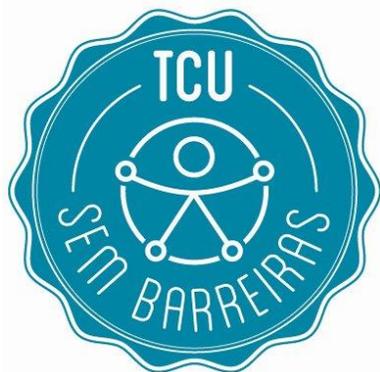
**Ocorrências (%)**

SD	39%
NE	29%
SL	15%
CO	8%
NO	8%

**Deficiência x Ocorrências**

Deficiência motora	36%
Deficiência mental	24%
Baixa visão	16%
Transtorno mental	10%
Surdez profunda	5%
Cegueira	4%
Surdez leve	4%
Síndrome de Down	2%

Município	UF	Ocorrências	Bolsa Família	Valor do Benefício
São Paulo	SP	84.079	R\$ 3.634.882,00	R\$ 34.280.724,29
Rio de Janeiro	RJ	72.293	R\$ 2.571.241,00	R\$ 33.144.428,99
Fortaleza	CE	32.518	R\$ 1.657.945,00	R\$ 13.118.485,42
Brasília	DF	31.944	R\$ 1.268.872,00	R\$ 11.633.952,81
Curitiba	PR	20.297	R\$ 410.429,00	R\$ 9.698.383,62
Salvador	BA	19.897	R\$ 1.142.920,00	R\$ 7.065.434,22
Belo Horizonte	MG	16.768	R\$ 623.281,00	R\$ 6.887.150,11
Porto Alegre	RS	16.074	R\$ 1.088.836,00	R\$ 5.865.356,91
Manaus	AM	15.217	R\$ 750.547,00	R\$ 5.915.469,16
Campo Grande	MS	12.807	R\$ 352.198,00	R\$ 6.462.171,42
Uberlândia	MG	11.632	R\$ 155.443,00	R\$ 6.361.584,34
Recife	PE	11.630	R\$ 374.321,00	R\$ 5.377.486,97
Belém	PA	10.807	R\$ 529.535,00	R\$ 4.453.079,67
Natal	RN	9.558	R\$ 506.048,00	R\$ 3.895.695,07
Maceió	AL	9.334	R\$ 276.820,00	R\$ 4.366.666,82
Londrina	PR	9.194	R\$ 378.402,00	R\$ 4.124.832,62
Guarulhos	SP	8.950	R\$ 326.242,00	R\$ 3.474.515,72
Goiania	GO	8.918	R\$ 227.197,00	R\$ 3.722.471,00
São Gonçalo	RJ	7.964	R\$ 732.268,00	R\$ 2.515.038,57
Teresina	PI	7.582	R\$ 484.130,00	R\$ 2.892.893,60
Campinas	SP	7.521	R\$ 300.318,00	R\$ 3.127.760,83
Novo Iguacu	RJ	7.064	R\$ 563.571,00	R\$ 2.200.733,31
Cuiabá	MT	7.040	R\$ 123.548,00	R\$ 3.624.080,19
Duque de Caxias	RJ	6.875	R\$ 290.995,00	R\$ 2.922.425,14
Campos dos Goytacazes	RJ	6.701	R\$ 378.795,00	R\$ 2.517.998,90
Presidente Prudente	SP	6.661	R\$ 101.021,00	R\$ 2.993.589,63
Jabotão dos Guararapes	PE	6.332	R\$ 276.263,00	R\$ 2.778.757,47
Santarem	PA	6.269	R\$ 388.067,00	R\$ 2.581.121,03
Araçuaçu	SE	6.102	R\$ 216.610,00	R\$ 2.841.868,07
Boa Vista	RR	6.061	R\$ 227.270,00	R\$ 2.714.210,78
Piracicaba	SP	5.907	R\$ 169.124,00	R\$ 2.927.293,02
Serra	ES	5.603	R\$ 279.462,00	R\$ 2.277.022,06
Joinville	SC	5.505	R\$ 121.468,00	R\$ 2.897.442,24
São José dos Campos	SP	5.421	R\$ 243.202,00	R\$ 2.563.120,96
Governador Valadares	MG	5.366	R\$ 145.953,00	R\$ 1.548.238,40
São Luís	MA	5.271	R\$ 277.326,00	R\$ 2.328.759,97
Belford Roxo	RJ	5.138	R\$ 326.004,00	R\$ 1.853.365,57
Pelotas	RS	5.133	R\$ 89.957,00	R\$ 2.824.694,61
<b>Total</b>		<b>2.254.556</b>	<b>R\$ 106.411.470,00</b>	<b>R\$ 1.003.690.695,82</b>



## Ações da Caces

- ✓ Promoção de reuniões conjuntas com outros órgãos públicos para troca de experiências na área e formulação de acordo de cooperação técnica.





[acessibilidade@tcu.gov.br](mailto:acessibilidade@tcu.gov.br)